



# Anais da Assembléia

N.º 168

CURITIBA, QUINTA FEIRA, EM 16 DE DEZEMBRO DE 1976.

ANO II

## 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

### ATA DA 258ª SESSÃO ORDINÁRIA (CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA)

REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 1976

QUINTA-FEIRA X

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Senhores Deputados Muggiati Filho e Rosário Pitelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Accioly Neto, Adalberto Daros, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domicio Scaramella, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Aragão de Mattos Leão, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barvalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (46); achando-se ausentes os Senhores Deputados Aguinaldo Pereira Lima, Leopoldo Jacomel, Alfredo Gulin, Egon Pudell, Hélio Manfrinato, João Cioni Netto, Luiz Carlos Zuk, Quielse Crisóstomo (8).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE.

### REQUERIMENTOS:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, dispensa de publicação, na Ordem do Dia, para os Projetos de Resolução números: 242/76, 243/76, 244/76, 245/76, 246/76, 247/76, 248/76, 249/76, 250/76, 251/76, 252/76, 253/76, 254/76, 255/76, 256/76, 257/76, 258/76, 259/76, 261/76, 262/76, 263/76, 264/76, 265/76, 266/76, 268/76, 313/76, 314/76, 363/76, 352/76, 353/76, 354/76, 355/76, 356/76, 357/76, 358/76, 359/76, 360/76, 361/76 e Projeto de Lei número 59/76.

Sala das Sessões, em 16 de dezembro de 1976.

(a) IVO THOMAZONI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de congratulações ao município de Toledo, pela passagem do 24º aniversário de sua fundação.

Ressaltamos, nesta oportunidade, o extraordinário desenvolvimento que vem destacando Toledo como um dos município que mais tem progredido no oeste do Paraná.

Solicita, ainda, seja dada a competente comunicação aos

Poderes Executivo e Legislativo do dito município.

Sala das Sessões, em 16 de dezembro de 1976.

(a) EGON PUDELL

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Benedito Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje, a "Gazeta do Povo" inseriu em uma de suas páginas, sob o texto "Por Engano Polícia Metralhou Favelado". E diz o seguinte a nota: (Lê): "Começava a noite para os que vivem na Favela do Portão. Era uma e meia da manhã do último dia 7, quando Miguel Gomes da Silva e sua mulher, Genoveva Fernandes de Lima se preparavam para dormir. Lá fora, alguns cachorros em algazarra perturbavam o sono dos moradores. Já acostumado e preparado para essas ocasiões, Miguel levantou-se e com uma bomba dessas de festas juninas, espantava os animais. Uma viatura da Rádio Patrulha que passava pelo local, pediu reforço de outra, pois estava sendo atacada na favela.

Sem saber porque, Miguel Gomes da Silva viu seu barraco metralhado pelos patrulheiros. Pulando da cama, em companhia de sua mulher, deitou-se rente ao chão para evitar que os alvejassem. Mais de 35 buracos de balas podem ser vistos na parede do interior de seu cubículo. Um projétil veio alojar-se na "canela" do infeliz vendedor ambulante de doces, depois da saraivada. E, como nenhum movimento fosse notado no interior da Casa, os patrulheiros entraram e daparam com o homem e a mulher deitados no chão; ele, com um tiro na perna, foi levado ao Pronto Socorro e liberado após o curativo". Tudo não passara de um mal-entendido, diga-se de passagem, da Polícia do Paraná, no caso, o 8º Distrito do Portão".

Acontece, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o infeliz favelado está praticamente aleijado e sem condições para o trabalho.

Antes não tinha casa para morar, morava num barraco de favela. Agora não tem condições de produzir o mísero alimento que espera ter através de seu trabalho cotidiano, para subsistência de si e de sua esposa.

E, o pior é que a polícia não tem condições de responsabilizar-se pela sua alimentação, e o Sr. Governador do Estado nem sequer atendeu um apelo desse infeliz metralhado pela Polícia.

Acredito, a Polícia mais despreparada do mundo, que chega a alvejar com armas adquiridas, compradas com dinheiro público, um barraco de favela por sentir um estouro de uma simples bombinha, bomba rojão usada em festa junina.

Permita-me afirmar, nesta oportunidade e, à Casa, que amanhã ou segunda-feira, entrarei com requerimento ao Sr. Governador do Estado, pedindo que, como medida de justiça, que se encaminhe mensagem a esta Casa, estabelecendo uma pensão a este infeliz, vítima do despreparo de um policiamento militar num Estado como este, que comete aberrações constantemente, no seu procedimento fiscalizativo da ordem, da paz e sossego geral.

Era isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Está em vias de andamento uma composição de júri, que escolherá os trabalhos finais do PRÊMIO ESSO DE JORNALISMO PARA 1976 e, o Paraná, foi constituído, pela sua grandiosidade de jornalismo, através de seu componente e jornalista Mussa José Assis. E encaminho à Mesa, o seguinte requerimento. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário, seja consignado um voto de regozijo pelo prestígio dado à imprensa do Paraná, na pessoa do jornalista MUSSA JOSÉ ASSIS, convidado a integrar, ao lado dos mais conceituados órgãos noticiosos do país, o júri que escolherá os trabalhos finais do Prêmio Esso de Jornalismo, referente ao ano de 1976, remetendo-se cópias do presente ao jornalista em tela, ao Sr. Paulo Cruz Pimentel, Diretor Presidente da Editora “O Estado do Paraná” e ao Sr. Ayrton Batista, Presidente do Sindicato dos Jornalistas do Paraná”.

Sala das Sessões, em 16 de dezembro de 1976.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Será necessário falarmos da importância, em todo o território nacional, que se dá com inteira justiça ao já consagrado Prêmio Esso de Jornalismo.

MUSSA JOSÉ ASSIS, jornalista formado pela Faculdade de Jornalismo da Universidade Católica do Paraná, exerce atualmente o cargo de Diretor Geral do Jornal “O Estado do Paraná”.

A Comissão julgadora do maior prêmio de jornalismo do Brasil, pela primeira vez terá entre seus integrantes um representante paranaense.

Somente o reconhecimento de seu dedicado trabalho e da responsabilidade funcional, poderiam levar o jornalista Mussa José Assis a participar de um júri ao lado de profissionais de renome, tais como: Murilo Felisberto, Chefe da Redação do “Jornal da Tarde”; Carlos Castello Branco, do “Jornal do Brasil”; Murilo Mello Filho, da revista “Manchete” e Cláudio Abramo, Chefe de Redação da “Folha de São Paulo”.

A nós paranaenses, é motivo de satisfação e orgulho sabermos do elevado conceito que gozam os profissionais da imprensa de nosso Estado, a ponto de serem selecionados para esse elevado mister”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo). — A Presidência comunica ao nobre orador que o tempo está esgotado. Concede mais um minuto para suas conclusões.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, um outro requerimento apresento, com o seguinte teor. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao senhor Engenheiro Chefe do 9º Distrito Rodoviário Federal, órgão do DNER, sediado nesta Capital, solicitando a atenção desse Departamento para problemas existentes quanto à conservação e reparos da BR-101, trecho Curitiba-Garuva, mais precisamente entre São José dos Pinhais e Garuva, onde, em decorrência de reparos que estão sendo procedidos na pista de rolamento e acostamento, o leito daquela rodovia, constantemente, apresenta grande quantidade de pedras britadas e pedregulhos, os quais, devido ao intenso movimento que se verifica naquela importante rodovia, são atirados contra os pára-brisas dos veículos, causando inúmeros acidentes, fato que ali se verifica quase que diariamente e, às vezes, mais de uma vez no mesmo dia.

Nesta época de férias escolares, coincidentes com a temporada das praias, aumenta a demanda normalmente verificada na referida estrada, daí a necessidade de que haja constantemente

designada por esse Distrito Rodoviário, uma ou várias turmas encarregadas de mantê-la em ótimas condições de tráfego.

Mas adiante, no trecho que abrange o acesso às praias de Santa Catarina, parte da recapagem foi feita em época de menos movimento, facilitando, assim, a ação do DNER para evitar o crescente número de acidentes que se verifica em razão das pedras atiradas contra os vidros dos carros.

Além dos danos materiais, os ferimentos causados pelos fragmentos dos vidros partidos e pelos repentinos choques sofridos pelos motoristas, que geralmente os levam a perder a direção, com inevitáveis batidas de seus veículos em barrancos ou mesmo em outros carros, fazem com que este expediente seja merecedor da atenção dos responsáveis pela manutenção e reparo do referido trecho.

Sala das Sessões, em 16 de dezembro de 1976.

(a) FIDELCINO TOLENTINO”

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Tem a palavra o nobre Deputado Lázaro Dumont, inscrito.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Para facilitar hoje e ajudar os pecuaristas do Paraná, especialmente o produtor suíno, quando ele adquire o milho para servir de alimento, diretamente do produtor, ele preenche uma guia, um formulário na Secretaria da Fazenda, posto da Secretaria da Fazenda no qual, através deste formulário, lhe é dispensado o pagamento do ICM.

Acontece Sr. Presidente, que nós temos praticamente idênticos, dois formulários: um, da Secretaria da Fazenda e outro da Secretaria da Agricultura, com duas diferenças. A primeira, é que o formulário da Secretaria da Agricultura é muito mais completo e dá muito mais informações sobre o produtor, do que o formulário da Secretaria da Fazenda.

E segunda, é que o formulário da Secretaria da Agricultura além de ser mais completo, é distribuído gratuitamente, e o formulário da Secretaria da Fazenda é cobrado, sendo cinquenta cruzeiros cada formulário. E mesmo assim, o funcionário do Posto da Secretaria da Fazenda não dá a prerrogativa ao produtor, dele mesmo preencher o formulário, e, deve ser preenchido lá no Posto da Secretaria da Fazenda, onde se cobra, no mínimo, mais cinquenta cruzeiros, chegando até o pagamento de cem cruzeiros.

E atendendo solicitação da Associação dos Suinocultores do Oeste do Paraná, nós queremos ler desta tribuna, agora, um requerimento que, se aprovado, é para ser encaminhado ao Sr. Secretário da Fazenda (Lê):

“Sr. Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, depois de ouvido o Plenário, requer seja encaminhado um expediente à Secretaria da Fazenda, no sentido de que seja aceito o Cadastro Rural expedido pela Secretaria da Agricultura, para efeito de solicitação de insenção de ICM, quando da compra de mantimentos para a pecuária.

Sala das Sessões, em 16 de dezembro de 1976.

(a) LÁZARO DUMONT

JUSTIFICATIVA:

Para efeito de requerimento da insenção acima assinalada, a Secretaria da Fazenda exige seja preenchida a “Declaração de Pecuarista”, fornecida pela própria Secretaria, cobrando, para tanto, uma taxa indevida, consoante vem freqüentemente acontecendo na região Oeste do Paraná. No entanto, o Cadastro da Secretaria da Agricultura, além de ser gratuito, é muito mais completo em dados, mormente na parte concernente à suinocultura. Para tanto, basta comparar os dois cadastros para perceber a diferença. Por outro lado, considerando-se que em 1977 será implantado o Plano Nacional de Suinocultura, o Cadastro fornecido pela Secretaria da Agricultura possibilitará que se tenha informações muito mais detalhadas e sem a buro-

cracia que está sendo enfrentada para preenchimento do Cadastro da Secretaria da Fazenda".

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz, primeiro orador inscrito no Grande Expediente.

O SR. DENI SCHWARTZ — (Lê): "Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Ao atingirmos o final do Ano Legislativo, obriga-nos a consciência a externar nossa posição pessoal sobre a saúde deste Poder, único que realmente ainda recebe sua legitimação pela vontade expressa do povo.

Infelizmente, concluímos mais um ano com os mesmos vícios, os mesmos temores, as mesmas pressões e principalmente com a mesma sensação de dependência, onde o idealismo quase quixotesco de alguns poucos, não consegue nem de longe, permitir que se vislumbre melhores dias.

Continua a classe política sofrendo um desgaste que leva no seu bojo também o descrédito do Poder Legislativo. Já no alvorecer deste ano, o Legislativo era novamente desvirilizado, com as cassações de mandatos parlamentares, como se desejasse, desde cedo rememorar a importância a que foi relegado este Poder. Cassações por razões morais, de discutido mas festejado posto populista se sucederam para lembrar também ao Judiciário da sua limitação e da uni-presença e onipotência do super-poder.

O período sendo pré-eleitoral, ensejou, no entanto, uma situação que poderia ser tachada de cômica, não fosse trágica na sua essência, quando se passou a atribuir à oposição, numa clara ofensa à própria facção situacionista, a condição de "inimiga", com o desdobramento inevitável de recomendações de "ações até agressivas", tudo no sentido de se conseguir a grande vitória na guerra do "plebiscito". Era o homem político, sendo substituído pelo homem guerreiro.

Como arma altamente secreta, tais como as V-2 de Hitler, em quem muita sapiência tem sido buscada, ofereceu-se para os novos guerreiros o tacaie da "Lei Falcão".

Para evitar a organização do "inimigo" nada melhor do que um "black out" dos meios de comunicação.

Mas no mar revolto da política nacional, não só grandes vagalhões se fizeram presentes. Também em ondas menores se banharam os políticos.

A democracia passou a ser adjetivada.

O conceito de liberdade como sendo uma dívida do Estado, e não como um direito inerente do homem marcou, como não poderia deixar de ser, sua presença.

Liberdade outorgada que se fez sentir ainda recentemente, quando o Presidente do Senado Federal cumpriu o menos longo dos lutos já ocorrido neste País, ao mandar arriar a Bandeira Nacional, hasteada em homenagem póstuma a um cidadão, que se nada mais fosse, havia sido Presidente daquela Casa.

Ondas menores ainda, simples maretas, chegaram às nossas praias, tais como, a pretensão de se suspender as eleições marcadas para 1976, o fim do bipartidarismo, a suspensão temporária da lei da fidelidade partidária, sublegenda para as eleições do Senado, alteração total das regras para 1978, e outras, menos votadas, foram resultados do choque entre a grande vaga do casuísmo e o duro rochedo da realidade.

Atingimos o final do ano e de surpresa, um novo vagalhão atinge nossas praias: a PRORROGAÇÃO DOS MANDATOS.

Corajosamente, nele se lançaram os governadores, que mesmo sem terem tido aulas de sobrevivência na escola das urnas, em uníssono, como "robots", trocaram o programa anterior do "SIM", pelo da "PRORROGAÇÃO". Poder-se-á justificá-los de temerem que em 1978, as praias, qual nova Normandia, sejam tomadas de assalto pelo povo, que munido de arma poderosa, vomo o VOTO, venha a ter o seu dia "D".

A eles se juntaram outros convivas das praias mornas do

Poder e, mesmo alguns que, se não comungam no dia a dia das mesmas idéias sentiram nesse exercício a possibilidade de restaurar energias, sem gastá-las, para bem continuar defendendo os chamados interesses, dos seus representados, por mais dois agradáveis anos.

Cremos que houve um atraso na chegada de tal vagalhão, de efeitos tão milagrosos.

Houvesse chegado em meados do ano, e talvez a coincidência do argumento levantado, com mandatos de Prefeitos, a serem ainda eleitos, reduzidos para dois anos ou ampliados para seis, operasse realmente "milagres mais autênticos".

Ou será que se quer apenas impedir a chegada de novas águas como, por exemplo, a manifestação das urnas em 1978?

Infelizmente, quer no deleite da praia ensolarada, quer no exercício de natação em águas, nem sempre claras, poucos estão a analisar, as causas das maretas, ondas ou vagalhões.

Poucos estão conscientes dos seus programas para conseguir detectar na total falta de autonomia dos municípios, na quebra do Federalismo com a excessiva centralização do Poder, as causas maiores das ondas, que aos poucos corroem nossas praias e que, a médio prazo, poderão não mais abrigar aqueles que à sombra das folclóricas palmeiras, esquecem seus compromissos. Como não poderia deixar de acontecer, também aqui na nossa província, já que o mar é um só, nossas praias foram afetadas.

Se não tivemos os vagalhões das cassações, tivemos maretas que com mais lentidão, mas com incomparável pertinácia corroeram nossas margens.

Com a tranquilidade dos que sabem irão encontrar nas costas, não rochedos de granito e sim areia movediça, os homens do Super Poder provincial também, em diversos lances nos remeteram vagas que nos corroeram, alguns com mais intensidade, outros com menos, mas em todos deixando fugir algo de todos nós, frustrando os Quixotes que independentemente de facções e, mesmo na divergência salutar, se empenharam em impedir que tal acontecesse.

Vimos a admissão da necessidade de cedermos na Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou gastos com a Publicidade Governamental, sob o pretexto de "ordens superiores", num afirmação clara da impotência e da dependência, fato que culminou com o boicote daquele trabalho.

Lutamos para reter parte de nossas costas quando o Estatuto do Magistério aqui foi discutido. Talvez, tenhamos conseguido evitar perdas maiores mas é bom que se frise, não ficamos totalmente ilesos.

Culminamos assistindo a grande "terra caída", à moda dos ribeirinhos do Rio Amazonas, quando discutimos a Proposta Orçamentária.

Nosso espaço vital diminuiu.

Melhor do que nós, retratou o episódio o conceituado semanário "Voz do Paraná" que ao se referir sobre a fidelidade de uma facção envolvida na discussão afirmou: "fidelidade que seria até louvável, se, com sua atitude, não estivessem na verdade aprofundando índice de inutilidade do Poder Legislativo, cada vez mais limitado em suas atribuições".

O balanço não nos parece favorável.

Cremos que à medida em que a maioria se deixa acomodar nas escaldantes praias do Super-Poder, permitindo, inclusive que no planalto, honrados homens sem responsabilidades de representantes do povo, mas com verdadeiro espírito cívico, tomem a iniciativa de usar a "imaginação criadora" o Poder Político se esvaziará, perdendo não só a iniciativa mas também e principalmente sua razão de ser.

Há que, com urgência, se construir diques sólidos para que nossas praias não sejam mais corroídas pelos vagalhões, onda ou maretas provocadas pelo casuísmo em que vivem nossas chamadas instituições." — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo). — Concedo a palavra à Liderança do MDB, no horário que lhe é reservado. — (Pausa).

O SR. OSVALDO MACEDO — Delino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo). — Concedo a palavra à Liderança da ARENA.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, declino.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Tendo declinado, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 46 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 260/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 384/76, Mensagem número 117/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de CASCAVEL, objetivando implantação de Serviços de Segurança contra Incêndio e Prestação de Socorros Públicos no referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., CP., e CRH., por unanimidade. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 273/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 280/76, Mensagem número 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de NOVA ESPERANÇA, objetivando a execução de reparos nos prédios que especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 274/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 283/76, Mensagem número 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de PALMITAL, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino, da sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 275/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 293/76, Mensagem número 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de SÃO CARLOS DO IVAÍ, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona a Escola Técnica em Contabilidade, da sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 276/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 308/76, Mensagem número 82/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle da Erosão no Paraná — SUCEPAR, e o município de PORTO RICO, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 277/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 320/76, Mensagem número 90/76, do Poder Executivo,

que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de BARRAÇÃO, objetivando reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Doutor Mário Augusto Teixeira de Freitas, da sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 278/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 326/76, Mensagem número 90/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de PORTO VITÓRIA, objetivando execução de reparos no prédio do Ginásio Estadual Casemiro de Abreu, da sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 279/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 329/76, Mensagem número 90/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de TAPEJARA, objetivando a execução de reparos em prédios que especifica, da sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 280/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 335/76, Mensagem número 92/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de SANTA ISABEL DO IVAÍ, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução números 281/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 344/76, Mensagem número 101/76, do Poder Executivo que aprova Termo de Re-ratificação ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de PORTO RICO, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana no referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 282/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 347/76, Mensagem número 104/76, do Poder Executivo que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle da Erosão no Paraná — SUCEPAR, e o município de TERRA ROXA, objetivando execução de obras de controle à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 283/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 351/76, Mensagem número 108/76, do Poder Executivo que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de Marechal Cândido Rondon, objetivando reparos no prédio onde funcionam a Delegacia de Polícia e Cadeia, da sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 284/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição

353/76, mensagem 108/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de FOZ DO IGUAÇU, objetivando execução de reparos no prédio da DELEGACIA DE POLÍCIA local. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — APROVADO.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 285/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 363/76, Mensagem 108/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de ALTO PIQUIRI, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o GINÁSIO ESTADUAL MANOEL BANDEIRA e o GRUPO ESCOLAR BENTO MUNHÓZ DA ROCHA NETO. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. APROVADO.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 286/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 371/76, Mensagem 108/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de URAÍ, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o GINÁSIO ESTADUAL e o GRUPO ESCOLAR, da sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — APROVADO.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 287/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 375/76, Mensagem 110/76, do Poder Executivo, que aprova Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e da EMOPAR, e o município de FAXINAL, objetivando construção de prédio para a DELEGACIA DE POLÍCIA e CADEIA PÚBLICA, na sede do referido Município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — APROVADO.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 288/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 378/76, Mensagem 113/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e a EMOPAR e o Município de NOVA CANTU, objetivando construção de prédio destinado à DELEGACIA DE POLÍCIA e CADEIA PÚBLICA, na sede do referido Município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — APROVADO.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 289/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 380/76, Mensagem 114/76 do Poder Executivo, que aprova Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e a EMOPAR, e o Município de PORECATU, objetivando a construção de prédio destinado à DELEGACIA DE POLÍCIA e CADEIA PÚBLICA, na sede do referido Município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — APROVADO.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 292/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 399/76, Mensagem 68/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de CASCAVEL, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam a DELEGACIA DE POLÍCIA e SEXTO BATALHÃO DA P.M.E. e o DÉCIMO DISTRITO DE SAÚDE, do município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., C.O.P.T.C., por unanimidade. APROVADO.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 293/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 400/76, Mensagem 68/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de CORBÉLIA, objetivando execução de reparos nos prédios que especifica, da sede do referido Município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — APROVADO.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 294/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 402/76, Mensagem 132/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e da EMOPAR e o Município de ITAGUAGÉ, objetivando construção de prédio para a DELEGACIA DE POLÍCIA e CADEIA PÚBLICA, na sede do referido Município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — APROVADO.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 295/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 404/76, Mensagem 134/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e da EMOPAR e o Município de SÃO JOÃO DO IVAÍ, objetivando a construção de prédio para a DELEGACIA DE POLÍCIA e CADEIA PÚBLICA, Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — APROVADO.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 296/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 409/76, Mensagem 137/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de CRUZEIRO DO OESTE, objetivando execução de reparos no prédio do GRUPO ESCOLAR NISIA FLORESTA, da sede do referido Município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — APROVADO.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 297/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 411/76, Mensagem 137/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de SANTA IZABEL DO IVAÍ, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o GRUPO ESCOLAR ALBERICO MARQUES DA SILVA, e o GINÁSIO ESTADUAL FERNANDO AZEVEDO. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — APROVADO.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 298/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 413/76, Mensagem 137/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de UMUARAMA, objetivando execução de reparos em prédios onde funcionam DIVERSOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO da sede do referido Município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — APROVADO.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 299/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 414/76, Mensagem 137/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado através da Secretaria da Administração e o Município de Nova Olímpia, objetivando execução de reparos no prédio do Grupo Escolar Duque de Caxias, da sede do referido Município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. por unanimidade. — APROVADO.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 300/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 415/76, Mensagem 137/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de PLANALTINA DO PARANÁ, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o GINÁSIO ESTADUAL GUIMARÃES ROSA, da sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— APROVADO.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 301/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 417/76, Mensagem 137/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de CENTENÁRIO DO SUL, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam ESTABELECIMENTOS DE ENSINO, da sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., e C.F., C.O.P.T.C., por unanimidade.— APROVADO.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 302/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 419/76 Mensagem 137/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de PARANAVAÍ, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o GINÁSIO ESTADUAL AZEVEDO DA SILVEIRA, da sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— APROVADO.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 303/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 421/76, Mensagem 137/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de CÊRRO AZUL, objetivando a execução de reparos em prédios que especifica, da sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— APROVADO.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 304/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 423/76, Mensagem 137/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de IVAÍ, objetivando a execução de reparos em prédios que especifica, da sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— APROVADO.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 305/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 424/76, Mensagem 137/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de DOIS VIZINHOS, objetivando a execução de reparos em prédios que especifica, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— APROVADO.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 306/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 425/76, Mensagem 137/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de SANTA IZABEL DO OESTE, objetivando a execução de reparos em prédios que especifica, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— APROVADO.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 307/76, de autoria

da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 427/76, Mensagem 137/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de ASTORGA, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o GRUPO ESCOLAR VERÍSSIMO DE SOUZA, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— APROVADO.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 308/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 429/76, Mensagem 137/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de FLORAÍ, objetivando execução de reparos em prédios onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— APROVADO.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 309/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 430/76, Mensagem 137/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de SENGÊS, objetivando a execução de reparos em prédios que especifica, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., C.O.P.T.C., por unanimidade.— APROVADO.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 310/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 432/76, Mensagem 137/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de PÔRTO AMAZONAS, objetivando a execução de reparos em prédios que especifica, da sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— APROVADO.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 311/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 434/76, Mensagem 142/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Re-ratificação ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle da Erosão no Paraná-SUCEPAR, e o município de CRUZEIRO DO SUL, com os objetivos que especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— APROVADO.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 312/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 423/76 Mensagem 143/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de IRATI, objetivando a implantação de serviços de segurança contra Incêndio e a prestação de socorros públicos na área do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— APROVADO.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 290/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 387/76, Mensagem 122/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e o município de MANOEL RIBASm objetivando o fornecimento de equipamentos para a DELEGACIA DE POLÍCIA local, mediante aplicação de dotações e de verbas que especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.P., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 315/76, de autoria



da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 194/76, Mensagem 54/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior e o município de UMUARAMA, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana no referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 316/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 300/76, Mensagem 74/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior e o município de ASTORGA, objetivando execução de obras de controle à erosão urbana na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 317/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 339/76, Mensagem 96/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior e o município de CRUZEIRO DO OESTE objetivando execução de obras de combate à erosão urbana no referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 318/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 345/76, Mensagem 102/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior e o município de GOIOERÊ, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 319/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 355/76, Mensagem 108/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO, objetivando execução de reparos em PRÓPRIOS ESTADUAIS. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 320/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 360/76, Mensagem 108/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de CORNÉLIO PROCÓPIO, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam DIVERSOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO, da sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 321/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 366/76, Mensagem 108/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de BANDEIRANTES, objetivando execução de reparos em PRÓPRIOS ESTADUAIS. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 323/76, de autoria

da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 388/76, Mensagem 123/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e da EMOPAR, e o município de MOREIRA SALES, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 324/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 394/76, Mensagem 126/76, do Poder Executivo, que aprova Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, e o município de JAPURÁ, objetivando a construção de prédio destinado à DELEGACIA DE POLÍCIA E CADEIA PÚBLICA, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 324/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 394/76, Mensagem 126/76, do Poder Executivo, que aprova Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, e o município de JAPURÁ, objetivando a construção de prédio destinado à DELEGACIA DE POLÍCIA E CADEIA PÚBLICA, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 326/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 401/76, Mensagem 131/76, do Poder Executivo, que aprova Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e o município de FLÓRIDA, objetivando a construção de prédio destinado à DELEGACIA DE POLÍCIA E CADEIA PÚBLICA, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 328/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 405/76, Mensagem 135/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e a EMOPAR, e o município de PAISSANDÚ, objetivando construção de prédio destinado à DELEGACIA DE POLÍCIA E CADEIA PÚBLICA, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 329/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 406/76, Mensagem 136/76, do Poder Executivo, que aprova Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e o município de BOM SUCESSO, objetivando construção de prédio destinado à DELEGACIA DE POLÍCIA E CADEIA PÚBLICA, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 330/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 408/76, Mensagem 137/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de

Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de GUARACI, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam DIVERSAS UNIDADES ESCOLARES, da sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.O.P.T.C., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 331/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 410/76, Mensagem 137/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de NOVA AUTORA, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam DIVERSAS UNIDADES ESCOLARES, da sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 332/76, de autoria da Comissão da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 412/76, Mensagem 137/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de TERRA RICA, objetivando execução de reparos em PRÓPRIOS ESTADUAIS daquele município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— APROVADO.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 333/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 416/76, Mensagem 137/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de PLANALTINA DO PARANÁ, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o GRUPO ESCOLAR ARTHUR DA COSTA E SILVA, da sede daquele município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 334/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 418/76, Mensagem 137/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de FOZ DO IGUAÇU objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o GRUPO ESCOLAR PERCILIANA LOBATO DE ALVORADA DO SUL, da sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 335/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 420/76, Mensagem 137/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de PATO BRANCO, objetivando a execução de reparos em prédios de DIVERSOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO, da sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 336/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 422/76, Mensagem 137/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de APUCARANA, objetivando a execução de reparos em PRÓPRIOS ESTADUAIS daquele município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 337/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 426/76, Mensagem 137/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de MIRADOR, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o GINÁSIO ESTADUAL DE MIRADOR, da sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.O.P.T.C., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 338/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 428/76, Mensagem 137/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de FAXINAL, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o GINÁSIO ESTADUAL PAULO PIMENTEL, da sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 339/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 431/76, Mensagem 137/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de TIBAGI, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona a ESCOLA PARA MENORES, da sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C. e C.F. por unanimidade. APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 340/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 433/76, Mensagem 137/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de SERTANÓPOLIS, objetivando a execução de reparos em PRÓPRIOS ESTADUAIS daquele município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 341/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 437/76, Mensagem 138/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de RANCHO ALEGRE, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 342/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 438/76, Mensagem 139/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Re-ratificação ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de PARANACITY, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 343/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 442/76, Mensagem 144/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e o município de SANTA HELENA, objetivando construção de prédio destinado à DELEGACIA DE POLÍCIA e CADEIA PÚBLICA, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.



2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 345/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 444/76, Mensagem 146/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de CENTENÁRIO DO SUL, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 346/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 446/76, Mensagem 148/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 347/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 447/76, Mensagem 149/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de IGUARAÇU, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 348/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 448/76, Mensagem 150/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná com a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, o Ministério dos Transportes e o município de CURITIBA, com interveniência da Secretaria Executiva da Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana e da Empresa Brasileira dos Transportes Urbanos, objetivando execução de etapas constantes do Programa de Investimentos Urbanos na Região Metropolitana de Curitiba. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 349/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 449/76, Mensagem 151/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de TAMBOARA, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 350/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 451/76, Mensagem 153/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior e o município de CIDADE GAÚCHA, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 351/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 452/76, Mensagem 154/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de SANTO INÁCIO, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 106/76, de autoria do Poder Executivo, Mensagem 115/76, para abertura de crédito especial de Cr\$ 2.115.840,00 (dois milhões, cento e quinze mil, oitocentos e quarenta cruzeiros), destinado a atender despesas de pessoal contratado pela Consolidação das Leis Trabalhistas, conforme específica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.F., COM SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J., por unanimidade.— APROVADO, COM SUBSTITUTIVO GERAL, ARTIGO POR ARTIGO.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 02/76, de autoria do Poder Executivo, Mensagem 20/76, objetivando dar nova redação à Lei 6717, de 2 de janeiro de 1974, que dispõe sobre a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., COM SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J., por unanimidade.— APROVADO.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do projeto de Lei 147/76, de autoria do Poder Executivo, Mensagem 165/76, objetivando dar nova redação ao “caput” do Artigo oitavo, da Lei 6364, de 29/12/72, (LEI ORGÂNICA DO ICM). Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., COM SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— APROVADO.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando dispensa de publicação na Ordem do Dia, para diversos projetos de resolução.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. deputado Fidelcino Tolentino, lido da tribuna, solicitando voto de regozijo pelo prestígio dado à imprensa do Paraná, na pessoa do jornalista MUSSA JOSÉ ASSIS, convidado a integrar, ao lado dos mais conceituados órgãos noticiosos do país, o júri que escolherá os trabalhos finais do Prêmio Esso de Jornalismo, referente ao ano de 1976.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao município de TOLEDO, pela passagem do vigésimo quarto aniversário de sua fundação.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Fazenda, no sentido de que seja aceito o Cadastro Rural expedido pela Secretaria da Agricultura, quando da solicitação de isenção do ICM, quando da compra de mantimentos para a pecuária.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Engenheiro Chefe do nono Distrito Rodoviário Federal, órgão do DNER, sediado nesta Capital, encarecendo a atenção desse departamento para problemas existentes quanto à conservação e reparos da BR-101, trecho Curitiba-Garuva.— APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 17, sexta-feira, à hora regimental com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 106/76 e de Resolução n.ºs 242 à 259, 261 à 266 e 268, 290, 313, 315 à 321, 323, 324, 326 à 343, 345 à 351/76.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 02/76 e 147/76.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 59/76 e de Resolução n.ºs 314 e 363/76.

Levanta-se a sessão.

## DEPARTAMENTO FINANCEIRO - CONTADORIA GERAL

## BALANCETE DO MÊS DE NOVEMBRO DE 1976.

<b>A T I V O</b>			
<b>DISPONÍVEL</b>			
Tesouraria		<u>3.038.541,53</u>	3.038.541,53
<b>EXECUÇÃO DA DESPESA</b>			
Venc. e Vantagens Fixas		32.845.027,51	
Despesas Variáveis com o P. Civil		17.898.462,04	
Material de Consumo		1.697.279,12	
Serviços de Terceiros		11.676.864,38	
Encargos Diversos		2.211.184,10	
Despesas de Exercícios Anteriores		368.011,70	
Subvenções Sociais		6.989.000,00	
Inativos		3.713.864,77	
Pensionistas		1.788.286,87	
Salário Família		492.938,62	
Contribuição de Prev. Social		626.901,02	
Equipamentos e Instalações		494.787,65	
Material Permanente		390.220,41	
Auxílio para Obras Públicas		<u>500.000,00</u>	81.692.828,19
<b>CONTAS DENDENTES</b>			
Despesas Diferidas			
<b>SOMA-ATIVO</b>			<b>84.731.369,72</b>
<b>P A S S I V O</b>			
<b>LIBERAÇÃO DA SEC. DAS FINANÇAS</b>			
<b>PESSOAL</b>			
Vencimentos e Vantagens Fixas	33.737.000,00		
Despesas Variáveis com P. Civil	19.653.600,00		
Inativos	4.052.000,00		
Pensionistas	1.974.000,00		
Salário Família	553.000,00		
Contribuição da Prev. Social	<u>750.400,00</u>	60.720.000,00	
<b>OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO</b>			
Material de Consumo	1.300.000,00		
Serviços de Terceiros	9.557.500,00		
Encargos Diversos	1.770.000,00		
Despesas de Exercícios Anteriores	250.000,00		
Subvenções Sociais	<u>6.030.000,00</u>	18.907.500,00	
<b>CAPITAL</b>			
Equipamentos e Instalações	500.000,00		
Material Permanente	400.500,00		
Auxílio para Obras Públicas	<u>500.000,00</u>	1.400.500,00	81.028.000,00
<b>CREDORES</b>			
Despesas Empenhadas	2.262.843,46		
Despesas Processadas	1.207.925,05		
Folhas de Pagamento	7.612,89		
Consignações	<u>113,54</u>	3.478.494,94	
<b>RESTOS A PAGAR</b>			
Empenhados	196.746,15		
Processados - Credores	6.986,00		
Processados - Folhas de Pagamento	<u>16.561,31</u>	220.293,46	
<b>CONTAS PENDENTES</b>			
Outras Contas Pendentes	4.581,32	4.581,32	3.703.369,72
<b>SOMA-PASSIVO</b>			<b>84.731.369,72</b>

PENDENTES

PALÁCIO "XIX DE DEZEMBRO" EM, 03 DE DEZEMBRO DE 1976.

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI  
Contador GeralJUARES DE QUADROS GONÇALVES  
Ch. Divisão de ContabilidadeLUIZ R. BITTENCOURT  
Ch. Secção Contabil.